

10

Características das mulheres associadas à escolha do tipo de primeira união

Aída Cecília Graciela Verdugo Lazo*

Deumara Galdino de Oliveira**

Maysa Sacramento de Magalhães***

Resumo

Este trabalho analisa algumas características das mulheres de 15 a 49 anos, no início da primeira união, que estariam associadas ao tipo de união escolhida, a saber, casamento civil ou união consensual, em 1996 e 2006 no Brasil. Através do estabelecimento de uma *proxy* foi possível determinar algumas características das mulheres no momento do início de sua primeira união, utilizando a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 1996 e 2006. As características consideradas foram variáveis demográficas como a idade ao casar, diferença de idade entre os cônjuges, cor/raça e a presença ou não de filhos anteriores ao início da união; também foram consideradas variáveis socioeconômicas como nível de instrução, participação no mercado de trabalho e religião.

Palavras-chave: nupcialidade; primeira união consensual; e primeiro casamento civil.

* Pesquisadora Titular aposentada da pós-graduação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE-IBGE). Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado pela Universidade de Princeton.

** Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, da UFRRJ em associação com a Universidade Nacional de Rio Cuarto (UNRC).

*** Doutora em Engenharia de Produção pela PUC-Rio e Pesquisadora titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE. É membro eleito do *International Statistical Institute*.

Introdução

Considerando as mudanças ocorridas nas sociedades ocidentais, principalmente em relação à mulher, como a sua entrada cada vez maior na força de trabalho e o aumento do nível educacional, isto trouxe como consequência mudanças importantes na formação da primeira união, tais como o aumento da idade ao casar, a redução das taxas de casamento e a elevação do número de uniões consensuais (BATALOVA e COHEN, 2002; BRACHER e SANTOW, 1998; XIE et al., 2003; FREIRE et al., 2006; DOMÍNGUEZ-FOLGUERAS e Castro-Martín, 2008).

Marcondes (2004) ressalta a importância de se estudar as uniões consensuais ao afirmar que sua desconsideração no estudo da nupcialidade pode restringir a compreensão, não só do início da união, como também de outros eventos ocorridos na dinâmica familiar. Xie et al. (2003) também afirmam que o fato de não considerar este tipo de união pode mascarar o início de um casamento legal, isto é, pode superestimar a idade ao casar, quando essa união for considerada como um relacionamento estável que antecede ao casamento, ou subestimar as taxas de casamento quando a coabitação for utilizada como uma alternativa ao casamento.

Davis et al. (2007) avalia o estudo da coabitação em relação ao casamento como parte também da dinâmica familiar e, com isso, o processo de formação da família pode ser examinado a partir do tipo de união escolhido. Assim, se torna de extrema importância estudar os primeiros casamentos juntamente com as primeiras uniões consensuais, a fim de melhor compreender os fatores que podem estar associados à escolha por certo tipo de união e entender as particularidades referentes a cada uma.

Como no Brasil não dispomos de estudos que relacionem os fatores que podem estar associados à escolha do tipo de primeira união, o presente trabalho tem como objetivo analisar as principais características das mulheres ao início de sua primeira união ou primeiro casamento, no País, em 1996 e 2006. Também serão analisadas as possíveis diferenças existentes entre esses dois momentos.

Casamento civil e união consensual: conceitos, semelhanças e diferenças

A coabitação e o casamento são dois tipos de união que guardam significativas diferenças entre si. O momento do início do casamento civil pode estar encoberto por uma união consensual anterior à data do casamento, o que torna difícil sua análise. Dessa forma, é de grande importância saber se determinada união se trata do primeiro casamento civil ou da primeira união consensual da mulher, do homem ou de ambos.

Do ponto de vista sociológico, o casamento consiste na formação de uma família nuclear que rompe de certa forma com os laços da família de origem (HOGAN, 1978). Por isso, o casamento e a formação da família estão bastante ligados. Goldstein e Kenney (2001) afirmam que a noção de casamento fica entre dois extremos: um em que o casamento é visto como uma instituição social e a entrada no casamento como uma resposta às normas sociais, e no outro extremo o casamento é visto como uma escolha racional feita por indivíduos para os quais os benefícios da vida em comum ultrapassam os benefícios de ficar solteiros.

Por outro lado, com relação às diferenças entre casamento e coabitação, Davis et al. (2007) afirmam que essa diferença está no fato de o casamento, em geral, ser visto com a expectativa de longa duração e estabilidade, o que não ocorre com a coabitação, que é vista como um relacionamento mais flexível. Baxter (2005) reforça essas diferenças utilizando o conceito de institucionalização incompleta, que de acordo com o autor, a coabitação difere do casamento por conta da ausência de algumas prescrições de normas ou regras que cercam o casamento. Assim, tais regras fazem com que o casamento seja visto como um relacionamento mais institucionalizado do que a coabitação.

A escolha entre casar e coabitar também envolve aspectos como a divisão das responsabilidades dentro da família. A coabitação estaria associada a uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico, em oposição ao casamento, que envolve um contexto mais tradicional e pode fazer com que a divisão das responsabilidades dentro da família seja bastante desigual. (MARCONDES, 2004; BATALOVA e COHEN, 2002; CLARKBERG et al., 1995)

Cabe destacar também o papel da inserção da mulher na força de trabalho como uma das explicações para as mudanças ocorridas na nupcialidade, no que tange à decisão entre casar ou coabitar. A hipótese da independência econômica (XIE et al., 2003) prevê um declínio nas taxas de casamento, na medida em que mais mulheres participam da força de trabalho. Kalmijn (2007) reforça este argumento afirmando que com o fortalecimento da posição econômica da mulher, seja através de sua entrada na força de trabalho ou da conquista de maior nível de instrução, a divisão de papéis/responsabilidades dentro da família torna-se desigual, visto que agora ambos, homem e mulher, trabalham, embora os afazeres domésticos continuem, na sua grande maioria, sob a responsabilidade das mulheres; assim o fortalecimento da posição econômica da mulher pode reduzir os ganhos em relação ao casamento, ou seja, interferindo na decisão de casar. Portanto, tanto a educação como a inserção na força de trabalho da mulher são elementos importantes na escolha do tipo de união.

Fonte de Dados

A fim de poder estudar tanto os primeiros casamentos como as primeiras uniões consensuais, procurou-se por fontes alternativas de dados, já que o Registro Civil não dispõe de informações sobre as uniões consensuais e os censos populacionais não dispõem de informações suficientes para este tipo de análise. Nessa busca, concluiu-se que a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) era a fonte de dados que dispunha de um mínimo de informações a respeito do tema de interesse para o Brasil, nos anos de 1996 e 2006, mas restrito às mulheres de 15 a 49 anos no momento da entrevista.

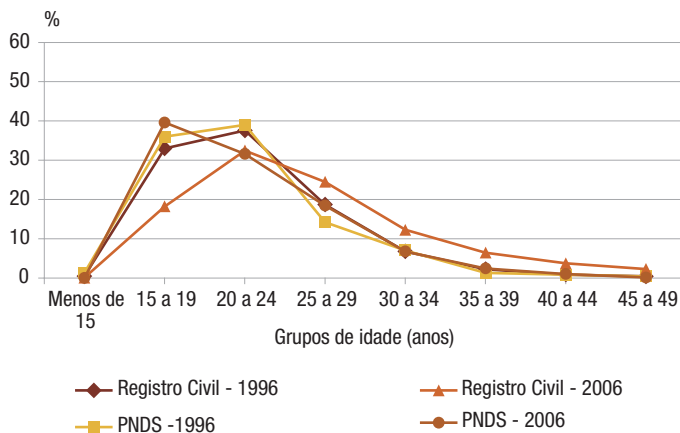
Essa pesquisa dispõe de dados como a data de início da primeira união consensual ou primeiro casamento civil, o que permitiu definir uma *proxy* que consistiu em considerar na análise as mulheres de 15 a 49 anos entrevistadas na pesquisa PNDS e que se encontravam em sua primeira união ou no seu primeiro casamento, mas cuja duração era inferior a dois anos completos, no momento da entrevista, com o objetivo de se obter as características dessas mulheres no momento mais próximo ao início da união.

Avaliação da fonte de dados

Com o objetivo de avaliar a consistência dos dados selecionados da PNDS com relação aos do Registro Civil, relativo aos primeiros casamentos, foram consideradas no primeiro caso as mulheres entrevistadas de 15 a 49 anos que se casaram no civil há menos de dois anos da data da entrevista e, no caso do Registro Civil, foram considerados os primeiros casamentos de mulheres, na mesma faixa etária, registrados de 1994 a 1996 e de 2004 a 2006, para aproximar os períodos considerados em ambas fontes.

Apresenta-se no Gráfico 1 a distribuição percentual das mulheres em primeiro casamento com duração da união inferior a dois anos, por grupos da idade ao casar, para os anos considerados da PNDS. Com isso, pode-se notar que a distribuição da idade ao casar das mulheres, no primeiro casamento, observada na PNDS de 1996 é muito próxima da verificada nos dados análogos do período 1994-1996 do Registro Civil. Mas a distribuição observada para 2006 apresenta diferenças maiores entre as duas fontes, principalmente na faixa de 15 a 19 anos, que na PNDS é bem superior à média do período 2004-2006 do Registro Civil. Nas faixas etárias seguintes, o que se observa é a relação inversa, ou seja, maiores porcentagens de casamentos nessas faixas etárias no Registro Civil do que as estimadas pela PNDS de 2006.

Gráfico 1 Distribuição percentual das mulheres em primeira união com menos de dois anos de duração por grupos de idade ao casar



É importante lembrar que no Registro Civil estão apenas os dados referentes aos casamentos, não contendo, portanto, informações sobre união consensual anterior. Assim, se determinado casamento não foi de fato a primeira união da pessoa, a idade ao primeiro casamento dessa pessoa declarada ao Registro Civil será aquela no momento do casamento e, como consequência, a idade ao primeiro casamento estará superestimada. Assim sendo, essa maior diferença observada entre os dados da PNDS-2006 e do Registro Civil 2004-2006 pode estar explicada por este fenômeno, na medida em que a incidência de uniões consensuais tem aumentado no tempo.

De qualquer modo, é relevante confrontar as informações provenientes da PNDS com aquelas presentes no Registro Civil, a fim de se observar as tendências gerais das medidas de nupcialidade analisadas e também examinar as diferenças encontradas nessas medidas, sem esquecer o fato de que as informações provenientes da PNDS são resultados de uma amostra e sujeitas a um grau de variabilidade que depende do tamanho da amostra em cada caso.

Situação conjugal das mulheres de 15 a 49 anos segundo as PNDS

Na Tabela 1 apresenta-se a situação conjugal das mulheres de 15 a 49 anos, no Brasil, em 1996 e 2006. Pode-se observar que no período a proporção de mulheres casadas, solteiras e viúvas diminuiu; em contrapartida, a proporção de mulheres

**Tabela 1 Situação conjugal das mulheres de 15 a 49 anos.
Brasil, 1996 e 2006 (%)**

Situação Conjugal	1996	2006
Solteira	30,6	25,8
Casada	47,4	36,8
Unida	12,7	27,3
Viúva	1,6	1,4
Separada	6,7	7,4
Divorciada	1,0	1,4
Total	100	100

Fonte: PNDS 1996 e 2006.

que se declararam unidas, separadas e divorciadas cresceu. Essas mudanças são maiores entre as casadas, que passam de 47,4%, em 1996, para 36,8%, em 2006, uma redução de mais de 10 pontos percentuais; e para as unidas, que de 12,7% em 1996 chegam a 27,3% em 2006, um aumento de quase 15 pontos percentuais no período. Estes resultados são o reflexo de mudanças que vêm ocorrendo na nupcialidade nas últimas décadas, como o aumento das uniões consensuais em detrimento dos casamentos legais. No entanto, a maior parcela de população feminina de 15 a 49 anos ainda está na categoria casada, 36,8% em 2006. Ressalta-se que os dados apresentados nessa tabela são consistentes com os dados do Censo 2000, considerando as mesmas categorias e o intervalo de idade.

A Tabela 2 mostra a distribuição por tipo de união e ordem da união, no conjunto das mulheres unidas ou casadas de 15 a 49 anos, estimado pelas PNDS de

**Tabela 2 Tipo de união e ordem da união de mulheres de 15 a 49 anos.
Brasil, 1996 e 2006 (%)**

Tipo de união	1996			2006		
	1ª união	2ª ou superior	Total	1ª união	2ª ou superior	Total
Casada	74.0	4.8	78.87	54.1	3.4	57.5
Unida	13.6	7.6	21.13	28.2	14.4	42.5
Total	87.6	12.4	100	82.3	17.7	100

Fonte: PNDS 1996 e 2006.

1996 e 2006. O que se observa é um aumento da situação conjugal de recasamento (12,4% em 1996 para 17,7% em 2006) e uma redução da proporção de primeiros casamentos ou primeiras uniões (87,6% em 1996 para 82,3% em 2006). Também se observa que, dentre as mulheres casadas, a maioria se encontrava no primeiro casamento, embora tal porcentagem tenha diminuído em quase 20 pontos percentuais, passando de 74,0% em 1996 para 54,1% em 2006. Por outro lado, o percentual de mulheres unidas em primeira união consensual aumentou em quase 15 pontos percentuais, passando de 13,6% para 28,2% no mesmo período. Por último, cabe destacar o grande aumento de “recasamentos” quando se trata de uniões consensuais, que passa de 7,6% em 1996 para 14,4% em 2006, explicando o aumento dos recasamentos no período.

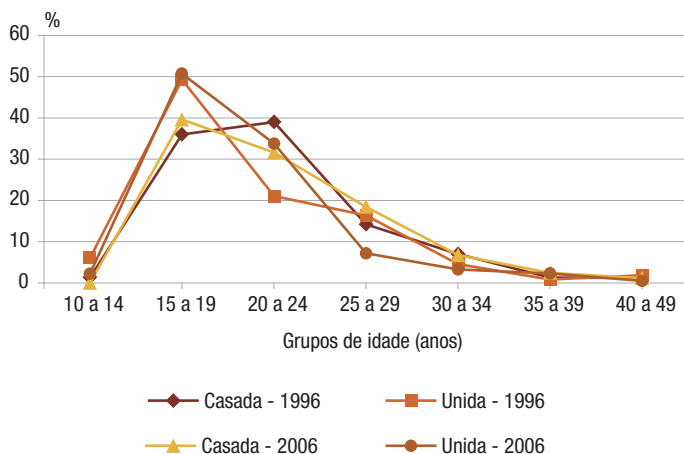
Análise das características das mulheres de 15 a 49 anos ao início da primeira união

Com o objetivo de analisar as características das mulheres que optaram por um casamento civil ou por uma união consensual no caso de sua primeira união conjugal, utilizou-se como *proxy* as informações das mulheres de 15 a 49 anos incluídas nas pesquisas da PNDS de 1996 e 2006 e que se encontravam em sua primeira união, mas a duração dessa união era inferior a dois anos completos no momento da entrevista. Desta forma, foi possível analisar algumas de suas características, declaradas no momento da entrevista, e que podem estar próximas de sua situação no início da união. As características consideradas foram variáveis demográficas como a idade ao casar, diferença de idade entre os cônjuges, cor/raça e a presença ou não de filhos anteriores ao início da união; e variáveis socioeconômicas como nível de instrução, participação no mercado de trabalho e religião, todas consideradas importantes nos estudos sobre nupcialidade.

Idade ao casar

O Gráfico 2 mostra que, em 1996, as mulheres que haviam se casado há menos de dois anos concentravam-se na faixa de 20 a 24 anos (39%), enquanto a grande maioria das mulheres que haviam se unido consensualmente há menos de dois anos concentravam-se na faixa de 15 a 19 anos (49,3%), o que corrobora a maior incidência de uniões consensuais no grupo mais jovem – como os estudos, em geral, mostram. Já em 2006, tanto as mulheres que tinham se casado como as que tinham se unido há menos de dois anos concentravam-se na faixa etária de 15 a 19 anos; o percentual das

Gráfico 2 Distribuição percentual por grupos de idade ao casar das mulheres com no máximo um ano de duração da união - Brasil



casadas passou de 36%, em 1996, para 39,6%, em 2006, e o das unidas consensualmente, de 49,3% para 50,7%. Assim, houve uma mudança de padrão nos primeiros casamentos legais, que antes se concentravam na faixa etária de 20 a 24 anos e passaram a ter grande incidência na faixa etária de 15 a 19 anos. Já na faixa de 25 a 29 anos ocorreu o fenômeno inverso; observa-se uma redução das uniões consensuais, passando de 16,4%, em 1996, para 7,2, em 2006, e um aumento dos casamentos legais, de 14,2%, em 1996, para 18,4%, em 2006. Isto pode ser o resultado de um certo adiamento do início da primeira união, quando se trata de casamento legal. Cabe destacar que estes resultados não são observados quando se considera apenas a idade média ao casar por tipos de união e ano, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 Idade média das mulheres ao início da primeira união, com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996	2006
Casadas	22.0	22.2
Unidas	20.6	20.4
Total	21.5	21.1

Fonte: PNDS 1996 e 2006.

Logo, pode-se concluir que as maiores mudanças na escolha do tipo de união por idade ao casar no Brasil, entre 1996 e 2006, se observam na faixa etária de 15 a 24 anos, idades nas quais concentra-se o início das primeiras uniões.

Cabe destacar, também, que pela observação do Gráfico 2, aparentemente, houve um rejuvenescimento dos casamentos legais na década analisada, mas os cálculos da idade média ao casar não corroboram essa conclusão, pois os resultados estimaram em 22,0 anos em 1996 e 22,2 anos em 2006 (ver Tabela 3). Também observa-se que as mulheres que se uniram consensualmente têm idade média à primeira união inferior às que casaram legalmente, tanto em 1996 como em 2006. Todavia, é importante ressaltar que o tamanho da amostra é pequeno, portanto as conclusões devem ser vistas com cautela¹.

Por último, também é importante ressaltar que os estudos que consideram a idade ao primeiro casamento civil no Brasil a partir dos dados do Registro Civil podem incorrer no erro de que o primeiro casamento não seja de fato a primeira união conjugal, embora se trate do primeiro casamento civil. Se este casamento corresponde à legalização de uma união consensual, a idade ao início da primeira união conjugal estará superestimada, pois aquele casamento não reflete o início de fato da primeira união, ou seja, a idade em que a pessoa começou a viver com o primeiro companheiro que depois do casamento se constituiu no seu primeiro marido. Este problema está contornado através das informações sobre primeiro casamento disponíveis nas PNDS aqui utilizadas, mas não disponíveis no Registro Civil.

Diferença de idades entre os cônjuges

Embora pouco estudada por conta da falta de dados adequados (LAZO, 1996), a diferença de idades entre os cônjuges é um importante indicador no estudo da nupcialidade, pois a mesma pode indicar se os cônjuges pertencem ou não à mesma geração. Como cada geração pode estar influenciada pelos valores e atitudes de cada época, e com isso, a escolha entre um primeiro casamento ou uma primeira união consensual também pode estar relacionada com o contexto social inserido, visto que cada coorte pode ter sido socializada sob distintas normas e papéis de gênero, assim como podem ter estado expostas a diferentes oportunidades quanto ao nível de instrução e participação no mercado de trabalho.

Além disso, de acordo com Lazo e Moraes (2004), as maiores diferenças de idades entre os cônjuges são encontradas nas uniões consensuais. Desse modo, essa variável pode ser considerada uma variável explicativa quanto ao tipo de união escolhi-

¹ A subamostra da PNDS 1996 utilizada tinha 500 observações; a da PNDS 2006 tinha 626 observações.

Tabela 4 Diferença média de idades entre os cônjuges. Primeiras uniões das mulheres, com duração inferior a dois anos, por tipo de união. Brasil, 1996 e 2006

Tipo de União	1996	2006
Casada legalmente	3,9	4,5
União consensual	5,5	5,4
Total	4,5	5,0

Fonte: PNDS 1996 e 2006.

do. É importante ressaltar que a maior diferença de idade entre os cônjuges quando a mulher está em primeira união consensual, pode sugerir um recasamento do homem. A PNDS não possui informação sobre a ordem de união do cônjuge do sexo masculino.

A Tabela 4 disponibiliza a média da diferença de idades entre os cônjuges, referente às primeiras uniões das mulheres, com duração inferior a dois anos, por tipo de união, no Brasil em 1996 e 2006. De um modo geral, a média da diferença de idades entre os cônjuges para as mulheres que se uniram consensualmente pela primeira vez, é superior à diferença no caso das mulheres que se casaram legalmente. Cabe ressaltar que entre 1996 e 2006, houve um aumento na média da diferença de idade entre os cônjuges no caso das mulheres que se casaram legalmente, passando de 3,9 anos, em 1996, para 4,5 anos, em 2006. Oliveira (2010) mostrou que essa mudança se deve a um aumento exclusivo na diferença de idade entre os cônjuges no caso das mulheres com menos instrução (até 10 anos de estudo em 2006), que atingem uma diferença de idade entre os cônjuges de 5,2 anos, enquanto considerando somente as mulheres mais instruídas (com 11 anos de estudo ou mais em 2006) essa diferença de idade na década praticamente não se altera, atingindo uma diferença de idade entre os cônjuges de 3,8 anos em 2006. A situação observada na Tabela 4 para as mulheres que se uniram consensualmente mostra que a diferença de idade entre os cônjuges quase não se alterou no período e se mantém ao redor de cinco anos e meio. Mas ao se controlar o nível de instrução, Oliveira (2010) verificou resultado análogo ao caso dos casamentos legais, ou seja, no caso das uniões consensuais houve um aumento na diferença de idade entre os cônjuges, de 2,7 anos entre 1996 e 2006 para as mulheres com menores níveis de instrução (até 8 anos de estudo em 2006) e para aquelas com maiores níveis de instrução, praticamente não se verificam alterações. Ou seja, os resultados apresentados na Tabela 4, por se tratar de resultados médios, não mostram as importantes mudanças que estão

associadas ao nível de instrução e as mudanças que podem vir a ocorrer conforme vai melhorando a distribuição por nível de instrução da população.

Mesmo assim, os resultados gerais permitem concluir que a diferença média de idade entre os cônjuges, conforme o tipo de união, diminuiu cerca de 1,6 ano entre os casamentos legais e as uniões consensuais em 1996, para 0,9 ano em 2006, mostrando uma crescente homogeneização a este respeito entre os dois tipos de união.

Cor/raça

Alguns autores como Berquó (1987) e Goldstein e Kenney (2001) têm destacado a existência de diferenciais nos padrões de casamento nos distintos grupos raciais. Berquó (1987) destaca para o Brasil que analisando os grupos de cor/raça correspondentes a brancos, pretos e pardos, se tem que o grupo dos pretos tende a se casar mais tarde e a intensidade da formação de união para esse grupo também é menor que para os demais.

Na Tabela 5, apresenta-se a distribuição por cor/raça² das mulheres de 15 a 49 anos, em primeira união, com menos de dois anos de duração, por tipo de união, para os anos de 1996 e 2006. Percebe-se que em 1996 a maioria das mulheres brancas ou pretas se casou legalmente (72,5% e 57,7%, respectivamente), sendo que em 2006 essa situação muda, quando a maioria das mulheres brancas, pretas ou pardas passa a se unir consensualmente (54,1%, 58,7% e 61,7%, respectivamente). Essa

Tabela 5 Distribuição do tipo de união das mulheres em primeira união com menos de dois anos de duração, segundo cor/raça. Brasil, 1996 e 2006 (%)

Raça/ cor	1996			2006		
	Casadas	Unidas	Total	Casadas	Unidas	Total
Branca	72,5	27,5	100,0	45,9	54,1	100,0
Preta	57,7	42,3	100,0	41,3	58,7	100,0
Parda	36,7	63,3	100,0	38,3	61,7	100,0
Total	64,7	35,3	100,0	37,0	63,0	100,0

Fonte: PNDS 1996 e 2006.

² As categorias de cor/raça amarela e indígena foram excluídas da análise pelo reduzido número de observações na amostra e, em certos casos, sua frequência foi nula.

mudança foi mais significativa nas brancas, que passa de 72,5% casadas em 1996 para 45,9% em 2006 e, no caso das mulheres pretas, de 57,7% para 41,3% casadas, no mesmo período. As mulheres pardas apresentaram um padrão quase constante entre 1996 e 2006, casando-se pouco menos de 40% e optando pela união consensual mais de 60% delas. Logo, em 2006, observa-se que a maioria das mulheres que iniciaram uma primeira união optou pela união consensual, independentemente da categoria cor/raça considerada.

Presença ou não de filhos

Segundo Domínguez-Folgueras e Castro-Martín (2008) e Bracher e Santow (1998), a gravidez e a presença ou não de filhos no início da primeira união, também é uma variável relevante para compreender a escolha do tipo de união. Por esse motivo, no nosso caso foi considerada a distribuição das mulheres em primeira união, com menos de dois anos de duração, segundo a condição de ter ou não ter tido filhos até 180 dias após a data do início da união, pelo tipo de união.

A Tabela 6 mostra que, em 1996, a maioria das mulheres que iniciaram sua primeira união a menos de dois anos, não tinham tido filhos até 180 dias após a data do início da união³, tanto no caso dos casamentos civis (74,3%) como no caso das uniões consensuais (63,5%). Em 2006 essa característica se acentua para 81,1% no caso de casamentos civis e 80,2% no caso de uniões consensuais, ou seja, de 1996 para 2006, além de aumentar o percentual de mulheres sem filhos no início da união, diminui a diferença entre os dois tipos de união.

Tabela 6 Distribuição das mulheres em primeira união com menos de dois anos de duração, segundo a condição de ter ou não ter tido filhos até 180 dias após a data do início da união, por tipo de união. Brasil, 1996 e 2006 (%)

Tipo de união	1996			2006		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Casamento civil	25.7	74.3	100	18.9	81.1	100
União consensual.	36.5	63.5	100	19.8	80.2	100

Fonte: PNDS 1996 e 2006.

³ A utilização da *proxy* se deve ao fato de que caso haja o nascimento de um filho até 180 dias após a data de início da primeira união ou primeiro casamento é porque este filho foi gerado antes e pode ser a razão pela qual os cônjuges fazem a transição para o primeiro casamento ou a primeira união.

Tabela 7 Idade média ao início da primeira união das mulheres com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e fecundidade pré-nupcial. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996		2006	
	Sim	Não	Sim	Não
Casadas	21,0	22,3	25,2	22,4
Unidas	21,6	20,0	22,5	19,3
Total	21,3	21,6	23,5	20,4

Fonte: PNDS 1996 e 2006.

Este resultado também pode estar associado à própria queda da fecundidade no período, logo o efeito desta variável acaba aparecendo com uma importância menor na escolha do tipo de primeira união.

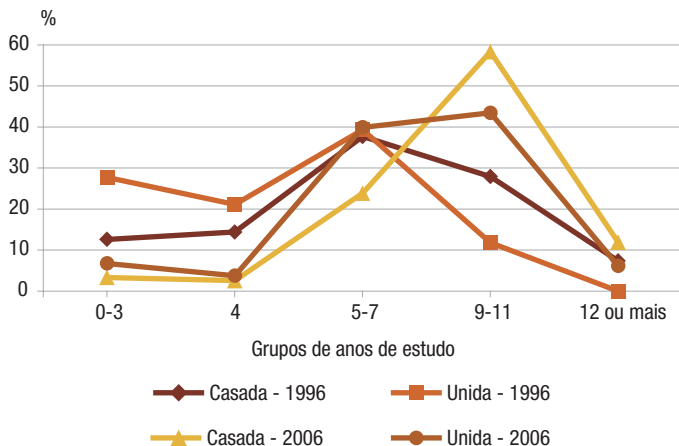
Por outro lado, com relação à idade ao casar e o tipo de união, no caso da presença de filhos ou gravidez pré-nupcial, a Tabela 7 mostra que não haveria necessariamente uma relação entre estas variáveis se considerados os dados de 2006, pois as mulheres sem filhos estariam se unindo ou casando mais cedo que as mulheres com filhos. Essa situação já não é tão clara para 1996, pois as mulheres com filhos casaram mais cedo que as sem filhos, mas isso não se verifica no caso das uniões consensuais.

Nível de instrução

Muitos estudos sobre os padrões e características de formação da primeira união, consensual ou civil, relacionam com o aumento do nível educacional das mulheres com a diminuição do número de casamentos ou o adiamento dos mesmos (KALMIJN, 2007; DOMÍNGUEZ-FOLGUERAS e CASTRO-MARTÍN, 2008; THORNTON et al., 1995).

O Gráfico 3 mostra a distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união, com duração da união inferior a dois anos, por anos de estudo, para 1996 e 2006. Neste Gráfico, pode-se observar claramente o aumento do nível de instrução da população feminina ao longo da década considerada, através do aumento dos anos de estudo das mulheres em primeira união ou primeiro casamento entre 1996 e 2006. As diferenças observadas entre as mulheres casadas e unidas consensualmente mostram que o tipo de primeira união escolhida está relacionado com o nível de instrução, pois os maiores percentuais de uniões consensuais são encontrados nos grupos de mulheres com menor instrução, principalmente em 1996, e as mulheres casadas concentram-se nos grupos de maior instrução, principalmen-

Gráfico 3 Distribuição percentual das mulheres com no máximo um ano de duração da união por grupos de anos de estudo - Brasil



Fonte: PNDS 1996 e 2006.

te em 2006. Logo é clara a relação entre nível de instrução e tipo de primeira união escolhido. Como os autores colocam, os grupos de menor instrução estão associados a grupos de menor renda (BALTAR et al., 2008), e a escolha de uma primeira união consensual também pode estar explicada pelos custos que uma união civil exige.

Por outro lado, Oliveira (2010) utilizando um critério baseado na mediana para agregar a população feminina considerada em dois grandes grupos de instrução em 1996 e 2006, constatou que as mulheres com maiores níveis de instrução casam ou se unem consensualmente mais tardiamente do que as mulheres com menores níveis. Também pode verificar nesta classificação que as mulheres menos instruídas casam ou se unem mais cedo do que as mais instruídas, em média.

Participação no mercado de trabalho

A participação no mercado de trabalho é apontada por muitos pesquisadores como uma variável de grande importância no estudo dos casamentos, pois a mesma tem influência na taxa de casamentos, na idade ao casar e no tipo de união escolhido (BRACHER e SANTOW, 1998; XIE et al., 2003; LIEFBROER e CORIJN, 1999).

Na Tabela 8 pode-se verificar que dentre as mulheres em primeira união com primeiro casamento com duração inferior a dois anos, tanto em 1996 como em 2006, a maioria não trabalhava e os resultados quase não se alteram na década. No caso das mulheres em união consensual, em 1996, o percentual das que não trabalhavam

Tabela 8 Distribuição da participação no mercado de trabalho das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com menos de dois anos de duração, por tipo de união. Brasil, 1996 e 2006 (%)

Tipo de união	1996			2006		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Casamento civil	42,4	57,6	100,0	41,4	58,6	100,0
União consensual	25,5	74,5	100,0	28,4	71,6	100,0

Fonte: PNDS 1996 e 2006.

era bem superior ao das casadas – 74,5% e 57,6%, respectivamente. Esses percentuais mudam para 71,5% e 58,6% em 2006, respectivamente, indicando um leve aumento das mulheres que trabalhavam, no caso das que iniciam uma primeira união consensual. Assim, verifica-se que a maioria das mulheres que iniciaram sua primeira união a menos de dois anos, tanto em 1996 como em 2006, não trabalhavam. Isto pode ser devido ao fato que as mulheres que estão fora do mercado de trabalho têm menor custo de oportunidade, conforme sugerido por Liefbroer e Corijn (1999). Assim, o fato de uma pessoa não estar empregada, isto é, não estar no mercado de trabalho, pode ter influência no momento de início de sua união, assim como o tipo de união escolhido.

Também pode-se verificar na Tabela 9 que as mulheres que não trabalham deram início à primeira união mais cedo do que as mulheres que trabalhavam, característica observada tanto em 1996 como em 2006. Os dados também corroboram os resultados de análise anterior, que mostrou que o início dos primeiros casamentos é um pouco mais tardio que o início das primeiras uniões consensuais.

Tabela 9 Idade média ao início da primeira união das mulheres de 15 a 49 anos com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e participação no mercado de trabalho. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996		2006	
	Sim	Não	Sim	Não
Casadas	23,9	20,6	23,3	21,3
Unidas	23,0	19,8	23,5	19,2
Total	23,7	20,2	23,4	19,9

Fonte: PNDS 1996 e 2006.

Religião

Alguns estudos mostram que há uma associação positiva entre a religião e a escolha pelo casamento civil como primeira união. Além disso, pessoas que seguem certo tipo de religião tendem a se casar mais cedo, ou seja, há uma diminuição da idade média ao casar nesses casos (CLARKBERG et al., 1995; KALMIJN, 2007).

Na Tabela 10, observa-se que das mulheres em primeira união que declaram algum tipo de religião, o casamento é predominante, variando de 62,2% para as católicas a 78,3% para as evangélicas em 1996. Dentre aquelas que se declararam sem religião, somente metade era casada, em 1996. Dez anos depois, este quadro muda significativamente: pode-se verificar que dentre as mulheres que se declararam católicas ou evangélicas, houve uma redução de mais de 20 pontos percentuais nos casamentos, não sendo mais o tipo de união da maioria das católicas, bem como das que declararam outro tipo de religião (mudança de 77,2% para 35,1% no período). Entre as evangélicas, o casamento ainda é o tipo de união majoritário (54,1% em 2006). Por outro lado, entre as mulheres que declararam não possuir religião havia certo equilíbrio nas preferências por casamentos ou uniões consensuais em 1996, mas esse equilíbrio é rompido em 2006, quando a grande maioria dessas mulheres optou pela união consensual (80,4%). Essa mudança com relação à opção por determinado tipo de união, segundo a religião, poderia ser explicado pelas mudanças ocorridas no contexto sociocultural, visto que a religião vem perdendo sua influência, em muitos assuntos, como o uso de anticoncepcionais modernos e a própria união consensual.

Tabela 10 Distribuição do tipo de união das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com menos de dois anos de duração, segundo a religião. Brasil, 1996 e 2006 (%)

Religião	1996			2006		
	Casadas	Unidas	Total	Casadas	Unidas	Total
Católica	62,2	37,8	100,0	38,7	61,3	100,0
Evangélica	78,3	21,7	100,0	54,1	45,9	100,0
Outras	77,2	22,8	100,0	35,1	64,9	100,0
Sem religião	50,2	49,8	100,0	19,6	80,4	100,0
Total	64,7	35,3	100,0	37,0	63,0	100,0

Fonte: PNDS 1996 e 2006.

Tabela 11 Idade média ao início da primeira união das mulheres de 15 a 49 anos com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e religião. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996				2006			
	Católica	Evangélica	Outras	Sem religião	Católica	Evangélica	Outras	Sem religião
Casadas	21,9	23,6	19,1	20,1	22,8	21,2	25,4	19,6
Unidas	21,0	19,6	21,5	17,3	20,9	19,1	23,3	20,0
Total	21,6	22,8	19,7	18,7	21,6	20,3	24,0	19,9

Fonte: PNDS 1996 e 2006.

Por último, é interessante mostrar as mudanças ocorridas entre 1996 e 2006 com relação à idade média ao casar por religião, já que a hipótese inicial de que as pessoas que seguem certo tipo de religião tendem a se casar mais cedo, não se verifica.

Os resultados gerais apresentados na Tabela 11 mostram, por exemplo, que em 1996 as menores idades médias ao casar não correspondiam a católicas ou evangélicas, mas a mulheres que se declararam praticar outras religiões ou sem religião.

Considerações finais

O principal objetivo deste trabalho foi analisar algumas características das mulheres no início do primeiro casamento ou da primeira união consensual, no Brasil, que pudessem mostrar alguma associação com o tipo de união escolhido. A fonte de dados que permitiu estimar essas características foi a PNDS de 1996 e 2006, através de uma *proxy* que considerou apenas as características das mulheres que se encontravam em primeira união consensual ou no primeiro casamento, no momento da entrevista, mas cuja duração era inferior a dois anos completos.

A análise buscou relacionar o tipo de união escolhido com variáveis como a idade ao casar, diferença de idade entre os cônjuges, o nível de instrução e a participação no mercado de trabalho no momento próximo ao início da união, assim como a religião, a cor/raça e a presença de filhos anteriores à união.

Os resultados mostraram que com relação à idade ao casar, observou-se uma mudança de padrão nos primeiros casamentos entre 1996 e 2006, mas ainda as mulheres que se casam o fazem mais tardiamente do que as que optam por uma união consensual, em média. Com respeito à mudança de padrão, o que se observou foi uma mudança do intervalo modal da distribuição da idade ao primeiro casamento legal, passando de 20-24 anos em 1996 para 15-19 anos em 2006, que já era o intervalo modal à primeira união consensual em 1996, e se manteve em 2006.

A diferença de idade entre os cônjuges também é uma variável associada ao tipo de primeira união da mulher, sendo maior no caso das uniões consensuais. Cabe destacar que os resultados mostraram que essa diferença está associada ao nível de instrução da mulher, diminuindo quanto maior seu nível de instrução. Logo, a melhoria no nível educacional das mulheres entre 1996 e 2006, se traduziu numa redução dessa diferença de idade entre os cônjuges e apresentou uma crescente homogeneização entre os dois tipos de união considerados.

Com relação à variável cor/raça da mulher, o que se observou é uma mudança significativa de padrões entre 1996 e 2006. Se em 1996 ainda havia a prevalência de primeiras uniões legais de brancas, que ultrapassava 70%; em 2006 todas as mulheres que iniciaram sua primeira união há menos de dois anos, optaram pela união consensual. Logo, as diferenças por cor/raça praticamente desaparecem, não sendo mais esta variável um determinante do tipo de primeira união escolhido pelas mulheres, aparentemente.

Com relação à presença de filhos no momento do início da primeira união, o que se verificou foi a reduzida porcentagem de casos com filhos, em particular em 2006, quando essa porcentagem é menor do que 20% e com muita pouca diferença entre as uniões consensuais e os casamentos civis. Certamente este resultado está

associado à própria queda da fecundidade no período, logo o efeito desta variável acaba aparecendo com uma importância reduzida na escolha do tipo de união.

Por outro lado, o nível de instrução, conforme foi analisado, mostra uma forte relação com o tipo de primeira união escolhida pelas mulheres. Os maiores percentuais de uniões consensuais são encontrados nos grupos de menor instrução, principalmente em 1996, e as mulheres casadas concentram-se nos grupos de maior instrução, principalmente em 2006. Também se constatou que as mulheres com maiores níveis de instrução se casam ou se unem consensualmente mais tardiamente do que as mulheres com menores níveis.

A literatura também aponta para a importância da inserção da mulheres no mercado de trabalho e sua relação com a idade ao casar e o tipo de união escolhido. O que mostraram os dados das PNDS foi que a maioria das mulheres que iniciaram sua primeira união a menos de dois anos, tanto em 1996 como em 2006, não trabalhavam. Também se verificou que as mulheres que não trabalhavam deram início à sua primeira união mais cedo do que as que trabalhavam, característica observada tanto em 1996, como em 2006.

Por último, considerando que alguns estudos mostram que há uma associação positiva entre a religião e a escolha pelo casamento civil, assim como a tendência a se casar mais cedo, essas variáveis foram analisadas no nosso estudo. Os resultados mostraram que, em 1996, a primeira união legal era predominante entre as mulheres que se declaram católicas, evangélicas ou de outras religiões, mas em 2006 isso somente se observa para evangélicas, e em níveis muito pouco acima de 50% dos casos. Também com relação à idade ao casar, não se verificou a hipótese de que as mulheres que praticam algum tipo de religião casariam mais cedo do que as não praticantes ou sem religião. Isto leva a concluir sobre a perda de influência da religião neste sentido.

Portanto, no caso do Brasil, a variável nível de instrução da mulher foi a que apresentou a maior associação com o tipo de união escolhido, assim como com a idade ao casar e a diferença de idade entre os cônjuges.

Por último, sugere-se que outros levantamentos do tipo PNDS sejam desenvolvidos e ampliados no País, para gerar fontes de dados amostrais de tamanhos maiores, o que permitiria o uso de métodos estatísticos multivariados e o cálculo de probabilidades para determinados eventos. Este estudo também deixa em evidência a necessidade de se levantar informações sobre os cônjuges do sexo masculino, para poder ampliar a análise da nupcialidade no País.

Referências

BALTAR, P.E.A.; LEONE, E.T.; MAIA, A.G. Diferenças de renda do trabalho: uma comparação entre Brasil e Argentina. In: Sánchez, E.B.; Alves, J.E.D. (org.). *Pobreza y Vulnerabilidad Social: Enfoques y Perspectivas*. Rio de Janeiro: ALAP 2009, p.169-192.

BATALOVA, J.; COHEN, P. N. Premarital cohabitation and housework: Couples in cross-national perspective. *Journal of Marriage and the Family*, v.64, n.3, p.129-144, 2002.

BAXTER, J. To marry or not to marry: marital status and the household division of labour. *Journal of Family Issues*, v.26, n.3, p.300-321, 2005.

BERQUÓ, E. Nupcialidade da população negra no Brasil. *Texto NEPO*, v. 11, p. 8-43, Campinas, S.P., 1987.

BRACHER, M.; SANTOW, G. Economic independence and union formation in Sweden. *Population Studies*, v. 52, n.3, p. 275-294, 1998.

CLARKBERG, M.; STOLZBERG, R.; WHITE, L. Attitudes, values and entrance into cohabitational versus marital unions. *Social Forces*, v. 74, n. 2, p. 609-634, 1995.

DAVIS, S.N.; GREENSTEIN, T.N.; MARKS, G.J.P. Effects of union type on division of household labor: do cohabiting men really perform more housework? *Journal of Family Issues*, v.28, n.9, 2007.

DOMÍNGEZ-FOLGUERAS, M.; CASTRO-MARTÍN, T. Women's changing socioeconomic position and union formation in Spain and Portugal. *Demographic Research*, v.19, n.41, 1513-1550, 2008.

FREIRE, F.H.M.A.; AGUIRRE, M.A.C.; MONTE-NEGRO, A.A.F.; ARAUJO, K.L.S. Casamento e re-casamento: uma análise multivariada do mercado matrimonial no Nordeste. *Anais do XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, ABEP, Caxambu, M.G., setembro de 2006.

GOLDSTEIN, J.R.; KENNEY, C.T. Marriage delayed or marriage forgone? New cohort forecasts of first marriage for U.S. women. *American Sociological Review*, v. 66, n.4, p. 506-519, 2001.

HOGAN, D.P. The effects of demographic factors, family background and early job achievement on age at marriage. *Demography*, v.15, p.161-175, 1978.

IBGE. *Estatísticas do Registro Civil*, vol. 34, p. 1-178, 2007.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/default.shtm>. Acesso em: 3 de junho de 2009.

- KALMIJN, M., Explaining cross-national differences in marriage, cohabitation, and divorce in Europe, 1990-2000. *Population Studies*, v. 61, n.3, p. 243-263, 2007.
- LAZO, A.C.G.V.; MORAES, J.R. As uniões consensuais no Estado do Rio de Janeiro em 2000: um estudo utilizando regressão logística. *Anais do XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, ABEP, Caxambu, M.G., 2004.
- LIEFBROER, A. C., CORIJN, M., Who, What, Where, and When? Specifying the Impact of Educational Attainment and Labour Force Participation on Family Formation. *European Journal of Population* 15, p. 45-75, 1999.
- MARCONDES, G. As famílias de segundas uniões: um elo perdido na Demografia da Família. *Anais XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, ABEP, Caxambu, M.G., 2004.
- OLIVEIRA, D.G. Características das mulheres ao início da primeira união associadas à escolha do tipo de união no Brasil – 1996 e 2006. *Dissertação de mestrado*, Programa em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, ENCE/IBGE, Rio de Janeiro, setembro de 2010.
- PESQUISA NACIONAL SOBRE DEMOGRAFIA E SAÚDE 1996 (PNDS 1996). Disponível em: http://www.bemfam.org.br/info_publicacoes.php. Acesso em: 6 de novembro de 2010.
- PESQUISA NACIONAL SOBRE DEMOGRAFIA E SAÚDE 2006 (PNDS 2006). Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/pnds.php>. Acesso em: 6 de novembro de 2010.
- PROJEÇÕES POPULACIONAIS. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popuf.def> Acesso em: 3 de junho de 2010.
- THORNTON, A.; AXINN, W.G.; TEACHMAN, J.D. The influence of school enrolment and accumulation on cohabitation and marriage in early adulthood. *American Sociological Review*, v. 60, n. 5, p. 762-774, 1995.
- XIE, Y.; Raymo, J.M.; GOYETTE, K.; THORNTON, A. Economic potential and entry into marriage or cohabitation. *Demography*, v. 40, n.2, p. 351-367, 2003.

